



REVISTA

ciudades

processos extremos na constituição da cidade

[da crise à emergência dos espaços contemporâneos]

volume 11

| número 19

| 2014



REVISTA
ciudades

processos extremos na constituição da cidade

[da crise à emergência dos espaços contemporâneos]

CIDADES

REVISTA CIENTÍFICA
VOLUME 11 - NÚMERO 19 - 2014

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial

Silvana Maria Pintaudi - UNESP/RC

Editores deste número temático

Carlos Tapia
Manoel Rodrigues Alves

Comissão Editorial

Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP
Jan Bitoun - UFPE
Marcelo Lopes de Souza - UFRJ
Maria Encarnação Beltrão Spodito - UNESP/PP
Maurício de Almeida Abreu - UFRJ (*in memoriam*)
Pedro de Almeida Vasconcelos - UFBA
Roberto Lobato Corrêa - UFRJ
Silvana Maria Pintaudi - UNESP/RC

Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani - USP
Ana Clara Torres Ribeiro - UFRJ (*in memoriam*)
Arlete Moysés Rodrigues - UNICAMP
Carles Carreras - Universitat de Barcelona
Horacio Capel - Universitat de Barcelona
José Alberto Rio Fernandes - Universidade do Porto
José Aldemir de Oliveira - UFAM
José Borzachiello da Silva - UFC
Leila Christina Dias - UFSC
Maria Adélia Aparecida de Souza - USP
Odette Carvalho de Lima Seabra - USP
Paulo César da Costa Gomes - UFRJ
Suzana Pasternak - USP

Secretaria

Carlos Henrique Costa da Silva
César Simoni Santos
Isabel Pinto Alvarez

Apoio

André Felipe Vilas de Castro

Capa

Murilo Arruda

Revisão de língua portuguesa

Maria Inêz Fonseca

Revisão de língua espanhola

Carlos Tapia

Conferência da revisão

Caroline Christine
Laura Adami Nogueira
Luiana Cardozo
Maira Cristo Daitx
Manoel Rodrigues Alves
Silvana Maria Pintaudi
Talita Heleodoro
Veruska Bichuette

Normalização bibliográfica

Laura Adami Nogueira
Luiana Cardozo

Sistema eletrônico de editoração de revistas

Paulo Fernando Jurado da Silva

Projeto gráfico e diagramação

Pró-Salas

Revisão

Talita Heleodoro
Veruska Bichuette

Impressão gráfica

Suprema Gráfica

Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos - GEU

Avenida Professor Lineo Prestes, 338
São Paulo, SP, Brasil. CEP: 05508-000

(Correspondência postal aos cuidados de Silvana Maria Pintaudi e-mail: smpintaudi@gmail.com)

Site: revista;fct.unesp.br/index.php/revistacidades

Informações e envio de textos: cidadesrevista@gmail.com

Solicita-se permuta/ Se solicita intercambio / We ask for exchange
On demande l'échange/ Si richiede lo scambo/ Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos - Vol. 1, n. 1, 2004 -
São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 -
v. 11., n. 19: 21cm., il.

Semestral
2014, v. 11, n. 19
ISSN 1679-3625 (impresso)
2448-1092 (on-line)

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed): 910.13
CDU: 911.3

Suprema Gráfica e Editora
São Carlos/SP. (16) 3368-3329
suprema@supremagrafica.com.br

06 **palavras do editor**

silvana maria pintaudi

10 **prólogo**

carlos tapia e manael rodrigues alves

texto 01

44 **el fetichismo del espacio público: multitudes y ciudadanía a principios del siglo xxi**
manuel delgado

texto 02

80 **aproximación a los procesos socioespaciales en las ciudades contemporáneas: espacio público y vida política**
mariano pérez humanes

texto 03

130 **la producción contradictoria del espacio urbano y las luchas por derechos**
ana fani alessandri carlos

texto 04

164 **neoliberalismo y vida cotidiana en los márgenes urbanos**
núria benach rovirá

texto 05

196 **urbanismo participativo o urbanismo democrático. crisis y crítica.**
jorge minguet medina

texto 06

234 **o programa minha casa minha vida entidades: provisão de moradia no avesso da cidade?**
cibele saliba rizek

texto 07

266 **a plasticidade da metrópole de são paulo: reprodução do espaço, financeirização e propriedade de terra**
isabel aparecida pinto alvarez

texto 08

296 **crise urbana: a expropriação extrema dos cidadãos nas políticas de espaço**
fabiana valdoski ribeiro

texto 09
332 transformaciones del espacio urbano, consideraciones para una metodología de aproximación

carmen guerra de hoyos

texto 10
382 contraespacios públicos. procesos y miradas desde oriente

marta lópez-marcos

texto 11
426 procesos extremos y emergentes: un marco descriptivo y visual de las ciudades contemporáneas.

natália de carli, simona pecoraio e carolina prieto de la viesca

texto 12
470 transformações culturais e contradições urbanas do espaço público contemporâneo

manoel rodrigues alves

texto 13
498 procesos extremos en las ciudades argentinas en las últimas décadas

julio arroyo

texto 14
550 relatos de lo extremo: acuerdos entre sueños y despertares de ciudad futura

carlos tapia

MANOEL RODRIGUES ALVES

Manoel Rodrigues Alves. Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). Professor convidado pós-graduação: 'Ciudad y Arquitectura Sostenibles', ETSA-US, Espanha; 'Ciudades, Arquitectura y Espacios Públicos', FADU-UNL, Argentina. Líder de grupos de pesquisa e conferencista convidado em instituições de ensino brasileiras e estrangeiras. Foco de pesquisa em processos de conformação e configuração da cidade contemporânea, em particular na (re)significação da noção de espaço público.

texto 12

TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E CONTRADIÇÕES URBANAS DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

MANOEL RODRIGUES ALVES

(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
SÃO CARLOS, BRASIL)

mra@sc.usp.br

RESUMO

No momento em que a cidade conforma suas mudanças sob uma amplo espectro de forças econômicas, políticas e sociais, quais as condições de produção do espaço público? Em uma cidade contemporânea situada em período de transição e redefinição de seus paradigmas,

a relação de pertencimento ao espaço urbano é reconfigurada, ao mesmo tempo em que reconfigura a produção do espaço público – transformações essas que apontam não apenas para a instrumentalização do espaço mas também a redução de seu valor público. Num contexto cada vez mais hegemônico de financeirização da cidade, este artigo investiga transversalidades e tangências do espaço público contemporâneo e, tensionando seus referenciais teóricos, argumenta por práticas urbanas que superem limites e tematizações propondo uma noção particular de hidridação. No momento de uma sociedade que deseja “tudo a todo o momento” nossa hipótese é de que ideologias

urbanas contemporâneas promovem progressivamente, na construção de formas urbanas, simulacros de espaços públicos; nossa aposta, no espaço público enquanto o *locus*, o contexto de mediação por meio do qual as identidades sociais, práticas e as imagens socioespaciais podem ser criadas e contestadas, como o espaço do estranhamento, o outro espaço que, justaposto ao espaço instituído, contém o caráter do conflito, da ação, da contestação na construção de formas urbanas.

PALAVRAS CHAVES

Espaço público.
Cidade contemporânea.
Espacialidade urbana.
Transversalidades. Processos extremos.

ABSTRACT

Once a product and reproducer of the dynamics that guide its time, cities are prone to change under a multitude of forces ranging from economic, political and social factors. In this context, under what conditions public space is produced? The contemporary city points towards an era of transition in which the relation of belonging (and/or experiencing) to the urban space (re)configures the production of public space – transformations that may lead not only to the instrumentalization of space but also to the reduction of its ‘public’ value. In this context, we investigate transversalities and tangencies to the contemporary public

space, aiming at forms of appropriation that promote urban practices beyond its ‘regular’ limits, combining itself into new hybrid patterns (hybrid processes not only from the point of view of its production, but also from the point of view of its reception and continuous elaboration). In the urban environment of a society that “wants everything at all times”, we bring the hypothesis that contemporary urban ideologies are, in fact, progressively promoting simulacra of public spaces in the social construction of urban forms.

KEYWORDS

Public space. Contemporary city. Urban spatiality. Transversalities. Extreme processes.

No momento em que o espaço urbano se constitui em chave do intercâmbio de bens, pessoas e informações sobre o território, de uma sociedade contemporânea que deseja “tudo a todo o momento”, e em que a esfera pública urbana responde mais a setores de mercado e códigos da mídia que à complexa articulação dos usos cotidianos da vida urbana quais as possibilidades de produção do espaço público contemporâneo?

Numa cidade que responde a parâmetros próprios de uma época de transição, para muitos em ‘crise’¹, de uma cidade caracterizada por um espaço entremeado de elementos textuais e não textuais, morfológicos e não

morfológicos, que interrogam as interpretações, os modos de produção, uso e apropriação da paisagem urbana, observa-se um urbano constituído por textualidades e morfologias inéditas que operam em um contexto sociocultural diferenciado, conformando microgeografias de um cotidiano denso de novas conformações e formas de apropriação.

Processos extremos de produção da cidade contemporânea², ao contraporem dimensões políticas

¹ A própria noção de cidade é hoje questionada, interrogada, tensionada em um momento de transição, de um novo paradigma em construção. Crises ou emergências são, a nosso ver, conjunturas que nos servirão para colocar à prova a relação da sociedade e da cultura com o espaço urbano contemporâneo.

e espaciais do espaço urbano, em particular do espaço público³, para além de associar temporalmente a evolução da

² Contemporâneo, ponto de inflexão que instala uma relação especial entre os tempos passado e futuro, que recusa conceptualizações de tempo efêmero e cíclico do mundo antigo bem como ultrapassar o mundo moderno (Agamben, 2002). O contemporâneo não se constitui enquanto ideologia de época humana, ou de uma fase do conhecimento, por isso, e, no entanto, sempre existiu. No contemporâneo permanecemos em uma zona que não é plenamente inteligível, pois buscamos luzes do seu entendimento ao mesmo tempo em que estamos inseridos em seu sistema entrópico e rizomático, abertos a conectar de maneira contingente elementos que se relacionam por sua diferença, e não por sua similaridade, em processos híbridos (ver nota 10) que produzem heterogeneidade, multiplicidade e rupturas. Para Morin, uma abordagem contemporânea não deve ter raízes na tradição do pensamento moderno, mas sim constituir-se enquanto forma distinta de observar a vida social, dinâmica e complexa (Morin, 2011).

cidade³ a diferentes etapas do desenvolvimento da modernidade, desafiam e aportam novas interrogantes na relação entre morfologias urbanas, tecidos sociais, comportamentos e construções conceituais. Da cidade a metrópolis, megápolis ou a pós-metrópole de

3 Refiro-me a espaços públicos urbanos, construídos, concretos, compreendendo a reflexão sobre os distintos processos que os condicionam e conformam, como a noção de cyburg (Cuff, 2003) e as transformações decorrentes de impactos de tecnologias da informação, mas não o cyberspace e os assim chamados ‘espaços virtuais’ na conformação de uma nova polis, de uma nova esfera pública de manifestação política dos cidadãos. As tipologias urbanas, as normas e práticas do urbanismo e do planejamento, as propostas de distinção entre o público e o privado, não são mais suficientes para responder adequadamente aos eventos de cidade(s) de paradigmas instabilizados e territorialidades difusas e indeterminadas.

Cacciari⁴, há quase tantas denominações para nomear a cidade contemporânea como as que se buscam para descrever a época em que vivemos - sobremodernidade, pósmodernidade, hipermodernidade, modernidade líquida, entre outras. Pardo aponta que

“[...] a pluralidade desse tipo de fórmulas sucessivas e alternativas, rapidamente sem dúvida esgotadas (como as ‘neo-’, as ‘post-’, as ‘micro-’, as ‘ultra-’, as ‘intra-’, as ‘trans-’, as ‘tele-’, as

4 Para Cacciari, a pós-metrópole da identidade entre a cidade e o território, em que o território que habitamos dissocia-se da noção espacial de cidade. “O que habitamos hoje, se perguntam os teóricos mais perspicazes. Habitamos cidades? Não, habitamos territórios [...] Habitamos territórios indefinidos em que as funções se distribuem em seu interior, mais além de qualquer lógica que as programe, mais além de qualquer urbanismo”. (Cacciari, 2011:41). Tradução do autor.

‘tardo’, etc.), pode ter que ver com uma certa impossibilidade e uma certa impotência dos tempos modernos para passar, para deixar passar a outros tempos que não sejam modernos. Isso é o que significaria esse rápido desgaste, esses intentos de passar. Mas, por outro lado, o fato de que os intentos se multipliquem e os rótulos aflorem um após outro também deve expressar, de certo modo, o angustiado desejo dos homens modernos de assistir ao final de nossos tempos e de inaugurar uma nova época em que, de certo modo, esses prefixos buscam [...] criar constantemente novos rótulos com a esperança de que dessa vez o novo rótulo tenha êxito e de verdade antecipe ou adiante um tempo que já não seja exatamente um tempo moderno.”⁵

A consciência de nossa complexa relação com o passado, inequivocamente ligada a experiência moderna, não é apenas uma questão temporal, mas sim também um problema espacial, posto que por detrás desse estranhamento, que descreve Pardo, se entriñeceram diferenças sociais e locais. Além disso, a busca incessante de nomear de modo específico cada variação do modelo no espaço e no tempo, como também a incerteza sobre o destino para o qual nos encaminhamos são características inevitáveis da consciência moderna que tenta racionalizar seu posicionamento em relação ao passado como meio de certificar a distância com respeito ao mesmo.

5 (Pardo, 2011: 354-355). Tradução do autor.

Para Pardo, é o crescimento incessante dessa distância entre passado e presente o que nos produz a certeza de nossa modernidade, e a experiência do passado como algo que não mais podemos ressuscitar⁶. Em relação a cidade contemporânea afirma

“Não poderia ser que isso de estarmos transitando para um novo paradigma seja o emblema genuíno de uma das principais experiências da modernidade, a experiência da transição, a experiência da transformação [...] porque, de alguma maneira, estamos instalados permanentemente na transição? [...] O que nos está sucedendo é que o paradigma em virtude do qual se construiu a cidade em sua configuração anterior já é um paradigma antiquado e inútil para que a

cidade possa fazer frente a seus desafios de futuro e, sem dúvida, todavia não terminou de instalar-se o novo paradigma, esse que tornará a cidade finalmente apta para uma supervivência ágil e eficaz em um mundo que estará completamente transformado.””

DO ESPAÇO URBANO

Fala-se de uma outra cidade, de “novas” formas de produção do urbano, de seu

⁶ “Ao contrário: nossa experiência do tempo moderno é constantemente a experiência de uns tempos antigos que já não podemos recuperar, que já não podemos restaurar, que já não podemos ressuscitar, mas que enquanto tais, quer dizer, enquanto perdidos, enquanto irrecuperáveis, estão preservados em sua própria perdição e em sua própria irrecuperabilidade e permanecem agarrados a nossa experiência do tempo”. (Pardo, 2011: 362). Tradução do autor.

⁷ (Pardo, 2011: 355-357). Tradução do autor.

empresariamento, mas em relação ao que? Que parâmetros empíricos ou temporais, que processos de urbanização, que mecanismos de cooptação e que circuitos de circulação de capital se inserem nesse “nova cidade, nesse novo urbano”? O que de fato é novo? Trata-se efetivamente de novas formas de produção da cidade, ou falamos do aprofundamento de práticas historicamente alicerçadas em nossa sociedade?

Urbanidade s⁸

8 Urbano: fenômeno produzido por uma sociedade urbana, processo inacabado e contínuo. Urbanidade, conceito múltiplo e complementar, própria do contexto urbano e caracterizada como fenômeno produzido na relação entre o social e o espacial que se manifesta no modo como as pessoas se relacionam com o espaço e sua organização (Aguiar, 2012); qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que fazem

requalificam o espaço urbano e o tornam centro de disputas, tanto para a consolidação de identidades distintas quanto para a reivindicação da visibilidade pública das diferenças (do reconhecimento político do diferente). Mas em que

do ambiente público, por meio da capacidade de intercâmbio e de comunicação imbuída no mesmo, como a experiência e prática que se consubstancia em três dimensões: fenomenológica, o reconhecimento do Outro a partir da sua presença em nosso campo de percepção; comunicativa, a cidade e seus espaços como o loci do convívio urbano e meio da comunicação; e ontológica, produzida na relação entre práticas e espaços da cidade como dados estruturantes da realidade material (Netto, 2012); para Alves, revela características definidoras do espaço urbano, uma vez que o deslizamento das atividades cívicas em direção aos espaços privados coletivos promovem, potencialmente, um espaço urbano fragmentário e transformam a relação público/privado. (Alves, 2010).

termos? Submetida, ou condicionada, a que processos? A que extremos? Mesmo que os atuais processos hegemônicos de produção do espaço urbano não sejam necessariamente novos, eles apresentam, ao menos, dois aspectos imediatamente passíveis de serem caracterizadas como extremos, como inéditos: sua extensão, tanto no sentido de sua amplitude quanto no do tensionamento de seus limites - por exemplo, em relação a processos de empresariamento da cidade e de governança do espaço urbano⁹; e sua

9 Para Laval e Dardot, uma nova “razão do mundo” de uma racionalidade neoliberal naturalizada, não apenas como razão econômica da cidade-empresa, mas também como padrão do modo de vida em que se enuncia o empresariamento de todas as esferas – governos, instituições e relações sociais, e individuais de si (Laval e Dardot, 2013).

naturalização, uma vez que naturalmente incorporados ao imaginário urbano e, portanto, não referentes a processos que se vivenciem inadvertidamente na vida cotidiana.

Além disso, no cenário atual de dissolução de experiências, espacialidades e territorialidades replicam-se como acidentais, contingenciais, híbridas¹⁰, relativas e sincréticas. É nesse mesmo cenário, constituído por um conjunto de práticas urbanas que se extrapolam para além de seus campos e limites, combinando-se em novos padrões, que se observa significativa transformação da paisagem urbana

10 Híbridizações, hibridizações, na realidade processos híbridos enquanto questão a ser pensada não apenas do ponto de vista de sua produção, mas do ponto de vista de sua recepção e contínua elaboração.

em mercadoria para consumo imediato. Assistimos aos excessos, reduções e equívocos de um urbanismo que, ainda que com uma nova roupagem, permanece promovendo a segregação funcional e socioespacial, bem como pauta a “sustentabilidade” do meio ambiente urbano na definição de uma nova mercadoria de consumo: a cidade contemporânea.

Nessa cidade – a pós-cidade da superabundância para Augè¹¹ –, a noção de consumo é estrutural para a compreensão de sua própria lógica de produção e não apenas de novas espacialidades. Processos de produção do espaço urbano e de conformação de sua paisagem constituem-se sob

o impacto de políticas neoliberais e de modelos mundializados de propostas urbanas. Nela (cidade), é perceptível uma espacialidade do ócio e do consumo, de modelos e padrões de produção de um meio urbano para ser visitado intensivamente, produtora de paisagens a-territoriais definidas pela espacialização econômica e funcional do território – paisagens que não guardam relação com a geografia cultural local e com a permanência do tecido urbano¹².

Constata-se uma reestruturação produtiva do espaço urbano que, no bojo do processo de mundialização, se estende espacial e socialmente por meio de uma nova

¹² As cidades ageográficas de Sorkin (Sorkin, 1997) e as paisagens urbanas de Muñoz (Muñoz, 2008).

¹¹ (Augè, 1994)

relação entre o poder político e os setores financeiros. De fato, o processo de reestruturação produtiva das últimas décadas vem promovendo, em escala mundial, novas formas de articulação econômica e política entre Estado e capital na produção do espaço urbano, de tal modo que, em contradição com as necessidades da reprodução da vida urbana, visa essencialmente a ampliação da base social necessária ao processo de acumulação, uma vez que a produção atual do espaço urbano responde mais à necessidade de manter vivo o circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias, num mundo altamente mercantilizado, do que às necessidades humanas no tempo, no espaço

e no cotidiano. Esse fenômeno representa uma radicalização do processo que transforma a paisagem urbana como mercadoria, representando, para Foster, a alteração do espaço conforme a imagem da *commodity*; não só marca e *commodity* aparecem unificados, mas frequentemente o fazem *commodity* e espaço¹³, condicionados pelo *city branding* e *city marketing*, num contexto cada vez mais hegemônico de financeirização da cidade¹⁴.

13 (Foster, 2002)

14 Financeirização, dimensão financeirizada de práticas urbanas, processo correlato a formas de empresariamento da cidade. Intervenções urbanas nas áreas centrais históricas de cidades brasileiras (como no Porto Maravilha, Pelourinho ou no Recife Antigo) são exemplos que elucidam este processo, na medida em que trabalham a componente cultural como mercadoria potencialmente destinada a promoção

Na cidade que emerge desse processo, observamos a radicalização da transformação da estrutura urbana em mercadoria que acaba por se legitimar como um distinto sentido da urbanidade¹⁵, sob o impacto de políticas neoliberais de modelos hegemônicos de privatização do espaço

urbano e de segregação socioespacial. Tal fato pode ser apreendido, a partir do movimento de valorização, desvalorização e revalorização, que implica tanto a redefinição de investimentos públicos e privados quanto a transformação de usos, trajetos e condições de permanência na cidade. Num contexto de globalização da economia e da informatização da sociedade, da urbanização planetária de Brenner, em que o espaço urbano compa-

rece como elemento estratégico das cidades no mercado mundial. Intervenções que, pela forma como se estruturam, (exarcebando do Turismo Cultural e foco no consumo de grupos de usuários específicos), podem levar à descaracterização das especificidades locais, uma vez que ignoram tanto o valor de uso do Patrimônio Cultural (tratado como mercadoria de fragmentos dispersos nos quais se reconhece a “memória oficial” simplificada, tematizada), quanto a identidade cultural (fruto da diversidade das formas de apropriação e vínculos estabelecidos entre praticantes ou grupos de praticantes e este mesmo território), reconfigurando as atividades que se dão no espaço urbano.

15 Condicionada por, ao menos, três técnicas do capitalismo tardio - mutação, fluxo e desordem – em um processo em que se observam novas formas de relações sociais que dão preferência a âmbitos privados e mediações tecnológicas, que, além do aumento da mobilidade física, econômica e informacional, valorizam mais o fluxo do que a permanência.

gico de reprodução do capital – não apenas financeiro –, nossas cidades não escapam a certas lógicas próprias do fato urbano que caracterizam a condição contemporânea da vida.

As atuais transformações do território urbano são, via de regra, condicionadas por lógicas determinadas por um sistema capitalista tardio de acumulação flexível que estrutura, de forma fortemente associada cultura, economia e sociedade, fazendo com que os diversos âmbitos da vida e da experiência em sociedade sejam intermediados por lógicas atreladas ao consumo. Sendo o espaço da cidade produto e reproduzidor das dinâmicas que regem o seu tempo, a transformação das forças

produtivas, da estrutura econômica e social, da organização espacial e da configuração formal marcam, na cidade contemporânea, a produção de novas territorialidades, novas espacialidades e formas de sociabilidades atreladas ao sistema econômico-produtivo, de onde emergem novas situações urbanas e onde as relações socioculturais e espaciais devem ser resignificadas e reinterpretadas. Além do que, a lógica neoliberal condiciona novos imaginários urbanos em que a mercadoria sublimada nas formas sedutoras da imagem torna-se o princípio constitutivo da organização das relações e da prática social. Em decorrência, essa cidade encontra nos fenômenos de tematização, estetização e

espetacularização um mecanismo poderoso de controle simbólico da produção e da ocupação de sua paisagem socioespacial, de suas espacialidades e territorialidades. Conforme aponta Muñoz¹⁶, na espacialidade urbana contemporânea espaços tipológicos tradicionais, como ruas e praças, são objetualizados e tematicamente reduzidos a um conjunto de funções urbanas de um espaço controlado de modo que as dimensões da vida, suas expressões objetivas e disposições subjetivas, são fortemente reduzidas uma vez que encapsuladas pela

produção de espaços onde a vida pública cada vez mais é tematizada e ocorre segundo regras pré-determinadas.

Embora a relação de experiência e pertencimento ao espaço urbano persista em meio a um conjunto de transformações, de suas dimensões técnicas e tecnológicas e nos aspectos sociais e ambientais de sua produção, observa-se a fragilização do Estado e o empobrecimento dos sistemas simbólicos, bem como a polarização social e a retração das formas de vida coletiva e a instrumentalização dos espaços de ação e a redução do valor do público. Esses aspectos, essas transformações, enfraquecem a identidade urbana e secundarizam a dialética tecido urbano/tecido social, no

¹⁶ A cidade contemporânea, ‘urbana’, caracteriza-se pela produção de uma cidade cada vez mais desconectada do ser-no-mundo, não mais entendida como obra mas como objeto de valor monetário na sua troca (Muñoz, 2008).

desenho de uma cidade de fragmentos e domesticação do espaço e da esfera pública. Todavia, se por um lado, o processo contemporâneo de (re) produção da cidade ilumina a contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada, por outro, aponta também para a necessidade de compreensão dos conflitos e resistências que daí emergem.

DO ESPAÇO PÚBLICO

A cidade como espaço público ou como lugar da esfera pública – topos da política enraizada nas formas de apropriação de espaços e tempos, de processos cotidianos, de lutas e conflitos – aparece como uma das bases de reflexão para a chamada elaboração

cidadã, para os temas de uma cidadania incompleta, trunca, dilacerada que busca se recompor pela e na luta pela redemocratização do direito à cidade. Nesse sentido, reolocando a questão do espaço público enquanto reivindicação da visibilidade pública das diferenças e do reconhecimento político do diferente. Entretanto, numa era de posicionamento transnacional de crescente generalização de formas de consumo programado, de declínio dos papéis tradicionais do Estado e de debilidade dos sistemas de apresentação política e, em geral, de ações convergentes de dispositivos de disciplinarização social constata-se um declínio significativo do sentido de primazia do espaço urbano,

do espaço público em particular.

Em um mundo de processos globalizados aliados ao capitalismo avançado, onde os aspectos de empresariamento da cidade e, em particular, do espaço público urbano, emergem com especial ressonância, importa (re)aprender a captar as formas (e contra formas) sociais de adaptação da cidade. Mudanças globais da cidade contemporânea demandam uma nova atitude de compreensão do espaço urbano, mas as condições colocadas pelo capitalismo avançado de um sistema formado por diferentes relações coletivas intermediadas por interesses privados, da exacerbação de lógicas regidas pelo consumo, ato intensificador da esfera

individual, condicionam a redução e privatização da esfera pública.

Numa sociedade que deseja “tudo a todo momento”, em que prevalece o consumo e o tempo pode ser avaliado como a distância que separa o indivíduo de seu objetivo, os modos de reprodução do capital por meio de estratégias de políticas de intervenção urbana condicionam o espaço público enquanto mote de indução e do conceito das estratégias de promoção criadas na base de sustentação do empresariamento e da financeirização da cidade¹⁷. O

17 Para Delgado, o capitalismo encontrou no urbanismo uma nova forma de reprodução do capital, em particular por meio da ideologização e tematização do espaço público (Delgado, 2011). Em outro trabalho, posiciona-se criticamente diante

espaço público, lugar das realizações humanas, da heterogeneidade social, do primado das experiências socioculturais, das trocas subjetivas e da livre manifestação vem sendo gradativamente substituído por espaços de urbanidades distintas, mas, via de regra, vazios de identidade - transformando-se, por exemplo, em meros ‘corredores’ de rápido acesso para as finalidades do

de processos que descaracterizam os lugares urbanos em prol de uma cidade planejada sob um ideal de consumo, destacando que não se trata de denunciar como perversa toda transformação urbana, mas sim a quem favorecem, alertando também que a resignificação do espaço público não ocorre apenas quando espaços privados tentam cooptar o seu significado na tentativa de simular um “lugar” coletivamente apropriado, mas também que iniciativas públicas contribuem para uma funcionalização comercial do espaço público (Delgado, 2001)

ato de consumir.

Projetos urbanos com ênfase no espaço público, cada vez mais constituem estratégias de acumulação de capital e um modo de reprodução do capital subjacente às ações do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo de espaços de práticas previstas, de ações subordinadas à códigos de conduta, vigilância e artificialidade. Na realidade, espaços da simulação dos lugares da vida urbana em diversas escalas modificando a relação dos/com habitantes, uma vez que meros usuários, meros receptadores dos espaços da cidade, eliminando lentamente o sentido da cidade como obra e como espaço de criação. A realidade do espaço vivido

e construído socialmente, o significado de espaço público como mediador do encontro e também do conflito, de mudanças estruturais nas dimensões do indivíduo e da noção de cidade, se reduz a novas espacialidades, nem exatamente públicas ou privadas, mas de um domínio público privatizado em grau elevado.

Para Arroyo, a noção de espaço público apresenta uma queda de seu valor simbólico, não mais se constituindo como a contraparte física substantiva de uma sociedade civil entendida como sujeito da cidade no qual a cotidianidade é que determina a dinâmica do espaço público¹⁸; em que se observa a separação dos lugares da vida em espaços-

tempos definidos, resultando em uma fragmentação da vida cotidiana. Mais do que nada, espaços públicos que, simulacros de lugares, reproduzem uma realidade vazia de sentido (que nem mesmo se aproxima da realidade à qual simula) em que, se por um lado se pode argumentar pelo estranhamento de formas sociais simmelianas, por outro, se observa que, ideologias urbanas contemporâneas estão, de fato, progressivamente, promovendo simulacros de espaços públicos na construção social de formas urbanas.

A realização do espaço público pressupõe dinâmicas de inclusão, notadamente a provisão de meios para assegurar que possamos participar da vida urbana como sujeitos

18 (Arroyo, 2011)

sociais capazes. No entanto, a realidade do espaço vivido e construído socialmente, o significado de espaço público como mediador do encontro e do conflito, se reconfigura em outras espacialidades, públicas ou privadas, que respondem a mudanças nas formas de compreensão, nas dimensões simbólicas, na estruturação das subjetividades e se desdobram na própria noção de cidade. O espaço público como lugar da atividade política, individual e coletiva, âmbito do conflito e da interação, tende ao enfraquecimento e esvaziamento ideológico. A crise de concepção, uso e significação social dos espaços públicos, reflete-se na alteração e restrição da sua essência, de *locus* do conflito e do

diálogo, de lugar de formação política e reconhecimento humano, de condensadores sociais e elementos da unidade através das diferenças e símbolos de mediação urbana da vida cotidiana, à implementação de espaços privados de domínio público que estabelecem o aumento de situações de exclusão, insegurança e segregação socioespacial.

Nessas circunstâncias, as cidades estão também se tornando ecologias de excedentes que podem produzir uma política do mais forte, com o espaço público reduzido a jogos de apropriação do bem comum. Nesse contexto, o espaço público se torna sinônimo de privatismo coletivo e antagonismo social, mais do que agonismo social

e formação cívica. (pseudo) Espaços públicos repletos de sinais visíveis e invisíveis de privatização que, simulacros da cidade, criam uma cidade privada dentro da cidade pública constituindo-se na contraface do esvaziamento da vida pública, potencialmente não-lugares¹⁹ atópicos da alienação

humana, contextos espaço-temporais sem identidade, destinados que são ao cliente, não ao cidadão. Como conceitua Alves, a partir da noção de containerização do espaço urbano de Muñoz²⁰, pseudo espaços públicos para consumidores de elite dos nossos dias promovem a ideia de uma multifuncionalidade do espaço privado (enquanto distintas

19 Não-lugares que tentam estabelecer para a cidade uma nova relação com o espaço e o tempo, na qual é celebrada a vitória do consumismo e da desterritorialização. “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar (Augè, 1994: 72). Para Augè, o lugar é necessariamente histórico, combinando identidade e relações, relacionado à experiência e a memória humana; enquanto que o não-lugar, projetado para a circulação e/ou transporte rápido, não se parece ao espaço público associativo, ao lugar da identidade e das relações em que se acumula a memória. Embora seja possível a ocorrência de um não-

lugar em um lugar, a objetividade extremada dos não-lugares influencia na caracterização desses espaços reduzindo ao limite as relações simbólicas entre as pessoas, descolando-as da especificidade do sítio e promovendo uma alteração da fronteira entre o público e o privado.

20 (Muñoz, 2008). Muñoz, referenciando a noção de containers de Solà-Morales, equipamentos (espaços), públicos ou privados, nos quais se produz o intercâmbio, o contato que constituem o consumo múltiplo de uma sociedade ritualizada, aponta para a expansão dessa lógica na produção de espaços ‘multiplex’ e ‘paisagens urbanais’.

funcionalidades de um elenco de funções conhecidas) e a sociabilidade em espaços controlados e seletivos²¹.

A tendência de que os espaços públicos sejam abordados de forma a responder aos objetivos dos projetistas urbanos, clientes e gestores do espaço, minimiza o papel

21 (Alves, 2006:3). O espaço público urbano tem sido estudado por diferentes disciplinas, todavia, muito do que ainda se faz relaciona as práticas e os comportamentos sociais às questões de identificação e da descrição das características físicas e históricas do ambiente construído. O peso que as macros análises do espaço urbano têm tido nas considerações que inferem a situação de crise, padronização, estetização e desestruturação dos espaços públicos, impede uma melhor compreensão da vida quotidiana, da relação entre processos culturais e processos socioespaciais, por um lado, e, por outro, mascara processos de produção do espaço urbano pautados no empresariamento e financeirização da cidade.

de processos socioespaciais e a conformação social do espaço. Em um sistema formado por diferentes relações coletivas intermediadas por interesses privados, com as novas condições colocadas pela reestruturação produtiva do capitalismo e a exacerbação de lógicas regidas pelo consumo, ato intensificador da esfera individual, observa-se a redução e privatização da esfera pública. Nesse contexto, uma vez que a dinâmica do processo de produção do espaço urbano revela a possibilidade do movimento da sociedade em sua totalidade, entende-se ser fundamental refletir sobre o sentido do conceito da reprodução social do espaço urbano, no intuito de compreender que aspectos da prática do

urbano (urbanidade) dentro do momento contemporâneo preservam e promovem o sentido humano. A aposta é na pertinência e necessidade de afirmar o espaço público como o lugar da realização concreta da história individual como história coletiva, tendo por mediação a apropriação dos espaços de realização da vida como observado em recentes manifestações sociais de grande visibilidade em diferentes espaços públicos do mundo²².

Vivemos um momento de (re)significação da relação entre o público e privado, em que não se sabe certamente o grau de dependência, dominância e/ou cooperação que um tem sobre o outro. Tais “atualizações” entre o público

e privado desenvolvem novas sociabilidades, alterando também o modo como a visibilidade pública, a publicidade se articula entre diferentes espaços e domínios. A tensão existente entre espaços públicos e privados está correlacionada aos diferentes domínios, uma vez que existe tanto uma alteração da vida pública promovida por interesses privados²³, como uma expansão da coletividade sobre espaços e domínios privados. De fato, a tensão entre o público e privado reside muito mais na noção de domínio e da pluralidade, intensidade e densidade dos espaços, do que da hierarquia e dominância entre eles. Não importa tanto entender “quem” possui maior ou me-

22 (Alves e Scheeren, 2014)

23 (Alves e Rizek, 2014)

nor influência nesta relação, mas sim “o que” e “como” se estrutura essa tensão.

Numa cidade em que a espacialidade do espaço público não é necessariamente coincidente com as manifestações e apropriações do público, tensões e liminaridades, domínios e intensidades, usos e práticas urbanas, demandam novas interpretações para além dos modelos e marcos teóricos instituídos, assim como requalificam o espaço urbano e o tornam centro de disputas para a consolidação de novas urbanidades de reivindicação da visibilidade pública das diferenças, do reconhecimento político do diferente. Contrapondo-se a análises que reduzem a cidade a um quadro físico ou a um

ambiente construído, a noção de espaço público deve buscar superar a síntese manifesta por um conjunto de índices e compreender a noção de hibridação, de mescla entre elementos e dimensões diversas que redefinem os termos das relações de espaços socialmente indeterminados, não se constituindo apenas em categorias isoladas concebidas de forma únivoca de territórios politicamente ou socialmente determinados.

Espaço público do domínio público do ‘entre’, da preponderância do público do ‘entre lugares’, noção que demanda revisão de seu conceito, percepção, imagem e valoração. Na medida em que espaços associativos de sociabilização e não espaços

dissociativos de agregação funcional, o espaço público enquanto o *locus*, o contexto de mediação por meio do qual as identidades sociais, práticas e as imagens socioespaciais podem ser criadas e contestadas e, por outro lado, como o espaço do estranhamento, o outro espaço que, justaposto ao espaço instituído, contém o caráter do conflito, da ação, da contestação²⁴. Espaço pú-

blico, espaço simbólico da ação política na contemporaneidade que requer um tempo para se formar enquanto lugar no reconhecimento mútuo de suas legitimidades; de suas densidades, permanências, estruturação e registros; de suas intensidades, momentos, eventualidades e acumulações.

24 “Uma noção de espaço público que não incluía as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que se estaria referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescindia de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando, portanto, há uma convergência entre as categorias espaço e ação podemos entender que se tem um espaço público formado da intersecção entre espaço urbano e esfera pública, construtos dos quais se retira, respectivamente, as

categorias que lhe são constitutivas, espaço e ação”. (Leite, 2007: 287)

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, Julio 2011. *Espacio público. Entre afirmaciones y desplazamientos*. Santa Fe: Ediciones- UNL, 2011.
- AURELI, Pier Vittorio 2011. *The possibility of an absolute architecture*. Cambridge/London: The MIT Press, 2011.
- AGAMBEN, G. “O que é o Contemporâneo e outros ensaios”. Argos: Chapecó. 2009
- AGUIAR, D. “Urbanidade e a Qualidade da Cidade”. In Aguiar, D.; Netto, V. M. (organizadores) *Urbanidades*. Folio Digital, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, p 61-79. 2012
- ALVES, M. R. “Cidade(s): novas espacialidades e territorialidades”. In Pós, Revista Pós-Graduação FAUUSP, v 17, num 28, p 73-77, São Paulo, 2010
- , “Público y Privado: cultura, consumo y la espacialidad de la ciudad contemporânea”. In Polis, Revista da FADU-UNL, v 9, p 42-53, Santa Fe, 2006
- ALVES, M. R.; RIZEK, C. S. “Cidade Contemporânea, Cidade do Empresariamento: aspectos da produção socioespacial do urbano”. In Basini, J.; Montoya, V. (editores) *Os Estudos Socioespaciais. Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana*. Editora Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p 80-93. 2014
- ALVES, M. R.; SCHEEREN, R. “Os Fatos que Precederam as Manifestações de Porto Alegre em 2013: a cidade, o espaço público e a luta por direitos”. In Arq.Urb. Revista de Arquitetura e Urbanismo USJT, v11, p 111-128, São Paulo, 2014
- ARROYO, J. “Espacio Público: entre afirmaciones y desplazamientos”. Ediciones UNL: Santa Fe. 2011
- AUGÈ, M. “Não-lugares. Uma Antropologia da Supermodernidade”. Papirus Editora: Campinas. 1994
- BRENNER, N.; SCHMID, C. “Planetary Urbanization”. In Brenner, N. (editor) *Implosions / Explosions: towards a study of Planetary Urbanization*. Jovis Verlag, Berlin, p 160-163. 2014

CACCIARI, M. “La Ciudad-Territorio (o la post-metropoli)”. In Arenas, L.; Fogué, U. (editores) Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura. Lampreave, Madrid, p 32-46. 2011

CUFF, D. “Immanent Domain: pervasive computing and the public realm”. In Journal of Architectural Education, UCLA: Los Angeles, p 43-49. 2003

DELGADO, M. “El Espacio Público como Ideología”. Los Libros de la Catarata: Madrid. 2011

—, “Memoria e Lugar: el espacio público como crisis de significado”. Ediciones Generales de la Construcción: Valencia. 2001

FOSTER, H. “Design and Crime and other Diatribes”. Verso: London. 2002

HAN, B. C. “La Sociedad de la Transparencia”. Herder: Barcelona. 2013

—, “La Sociedad del Cansancio”. Herder: Barcelona. 2012

LAVAL, C.; DARDOT, P. “La Nueva Razón del Mundo”. Gedisa: Barcelona. 2013

LEITE, R. P. “Contra Usos da Cidade. Lugares e Espaços Públicos na Experiência Contemporânea”. Editora UFS - UNICAMP: São Paulo. 2007

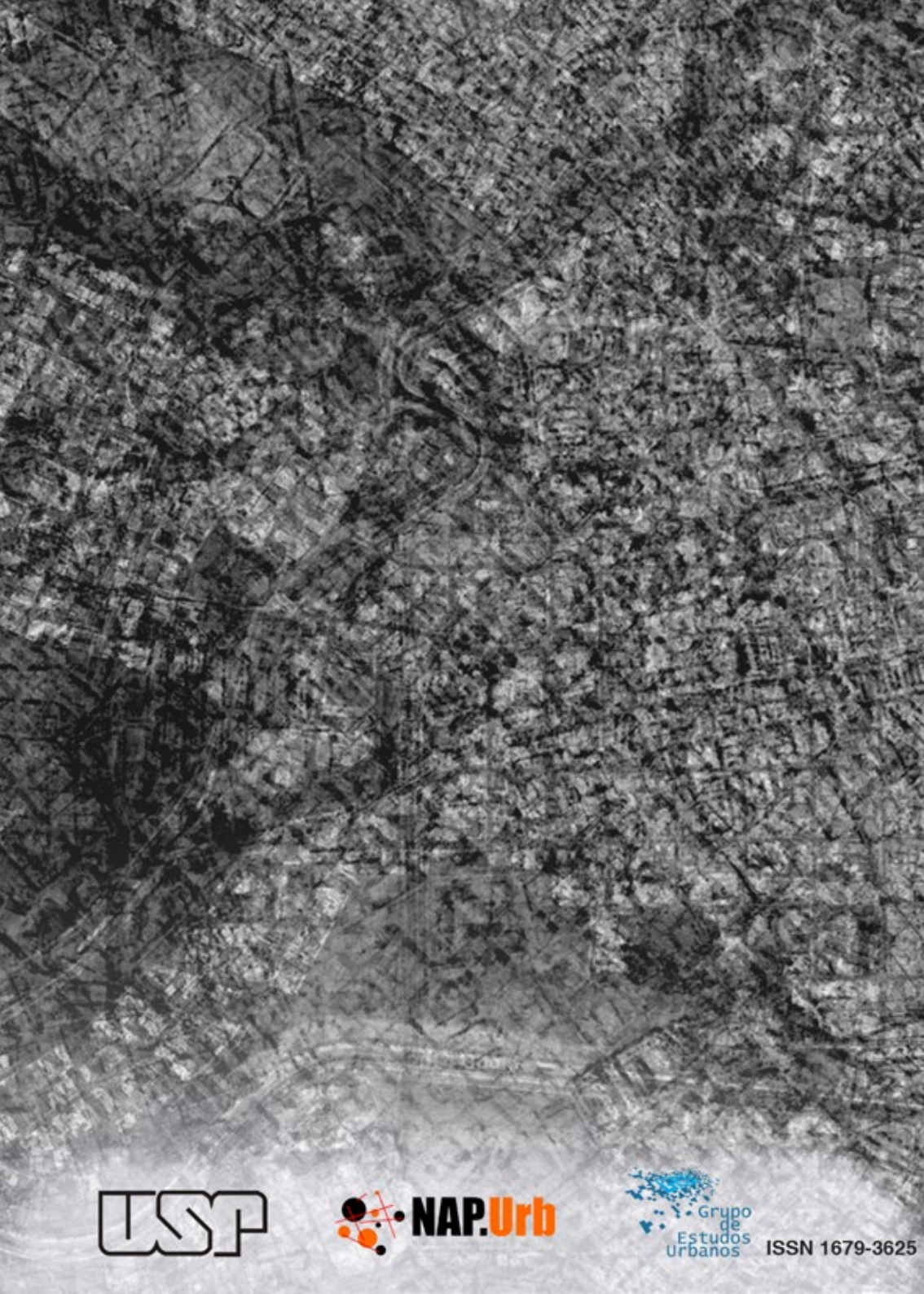
MORIN, E. “Hacia donde va el Mundo?”. Grupo Planeta Spain: Madrid. 2011

MUÑOZ, F. “Urbanización. Paisajes Comunes, Lugares Globales”. Gustavo Gilli: Barcelona. 2008

NETTO, V. M. “A Urbanidade como Devir do Urbano”. In Aguiar, D.; Netto, V. M. (organizadores) Urbanidades. Folio Digital, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, p 33-59. 2012

PARDO, J.L. “Disculpen las molestias, estamos transitando hacia um nuevo paradigma”. In Arenas, L.; Fogué, U. (editores) Planos de (Inter)sección: materiales para un diálogo entre filosofía y Arquitectura. Lampreave, Madrid, p 352-367. 2011

SORKIN, M. (ed) “Variations on a Theme Park: the new american city and the end of public space”. Hill and Young: New York. 1997



USP

 **NAP.Urb**

 Grupo
de
Estudios
Urbanos

ISSN 1679-3625